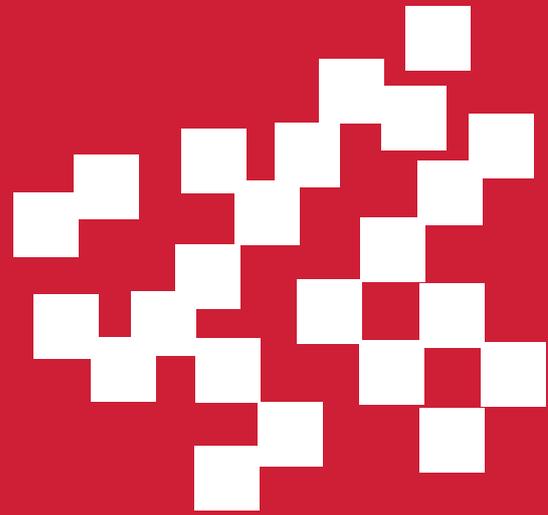


**Texts and Contexts of Portuguese Orientalism:
The International Congresses of Orientalists (1873-1973)**
PTDC/CPC-CMP/0398/2014



TECOP EXPLORATORY WORKSHOP

October 9-10, 2017

**Part II
Reading pack**

TECOP EXPLORATORY WORKSHOP

October 9-10, 2017

part II

Reading pack

Textos e Contextos do Orientalismo Português -
Congressos Internacionais de Orientalistas (1873-1973)

PTDC/CPC-CMP/0398/2014

TABLE OF CONTENTS

- pp. 3-6** **Guilherme de Vasconcelos Abreu.** 1874. *Exposição feita perante os membros da Comissão Nacional Portuguesa do Congresso Internacional dos Orientalistas convocados para constituírem uma Associação promotora dos estudos orientaes e glotticos em Portugal.* Lisboa: Typographia Luso-Britannica de W. T. Wood, 8-12.
- pp. 7-10** **Guilherme de Vasconcelos Abreu.** 1892. *Passos dos Lusíadas estudados à luz da mitolojia e do orientalismo: memória apresentada à X Sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas.* Lisboa: Imprensa Nacional, i-vii.
- pp. 11-35** **Guilherme de Vasconcelos Abreu.** 1892. *A responsabilidade portuguesa na convocação do X Congresso Internacional dos Orientalistas = Responsabilité qui revient au Portugal dans la convocation du Xme Congrès des orientalistes.* Lisbonne: Imprimerie nationale. [French version]
- pp. 36-44** **Joaquim Possidónio da Silva.** 1876. Les études orientales chez les Portugais. In *Mémoires du Congrès International des Orientalistes. 1re session – Paris – 1873*, vol. 2. Paris: Maisonneuve et Cie, 464-471.
- pp. 45-46** **Gerson da Cunha.** 1881. Materials for the history of oriental studies amongst the Portuguese. In *Acti del IV Congresso Internazionale degli Orientalisti tenuto in Firenze nel Settembre 1878*, vol II. Firenze: Coi Tipi dei Successori le Monnier, 179-181.
- pp. 47-50** **Moses Bensabat Amzalak.** 1928. *The Oriental Studies in Portugal. Address presented at the general meeting of the XVIIth International Congress of Orientalists.* Lisbon: [s.n.].

QUESTIONS FOR DISCUSSION

- * What is orientalism? How is this interdiscipline presented?
- * Why the need for a national intelligentsia, an intellectual community debating orientalism? Why the need to produce knowledge about the Orient? What is the link between orientalism, national politics, and colonial project? How to use this western scholarship about the Orient? Can it be used to create an official colonial knowledge about the Orient (i.e. Portugal's multiple orients)?
- * Is orientalism a science? What is science? What is the connection between science, civilization, education, and colonial praxis?
- * Is there an orientalist ethos? How can it be described?
- * How is comparatism used to link different historiographies, different communities, different academia?

Guilherme de Vasconcelos Abreu. 1874. *Exposição feita perante os membros da Comissão Nacional Portuguesa do Congresso Internacional dos Orientalistas convocados para constituírem uma Associação promotora dos estudos orientaes e glotticos em Portugal.* Lisboa: Typographia Luso-Britannica de W. T. Wood, 8-15.*

Antes de vos dizer quais foram os trabalhos do Congresso, o que farei num breve resumo, peço licença para fazer notar que o **Orientalismo** não é objeto de mera curiosidade; que não é assunto para entretenimento e ocupação de horas de ócio. O **Orientalismo** é a soma dos conhecimentos linguísticos, etnológicos e históricos acerca dos povos, do Oriente, antigos e modernos. Por ele se tem renovado a face do mundo porque a série de estudos, que nesta parte dos conhecimentos humanos se tem feito há cerca de oitenta anos, tem mostrado ao homem donde ele vem e para onde deve caminhar, tem trazido a este século a tolerância que faltou aos séculos passados, tem apagado as heresias teológicas e tende a apagar as heresias sociais das doutrinas modernas que são neste século como as heresias teológicas no século XVI.

O **Orientalismo** é para a sociologia (permita-se-me a comparação que só não tem de verdadeira uma parte, por que o **Orientalismo** pertence à *sociologia*, e a *química* é ciência independente da biologia), o **Orientalismo** dizia eu, é para a sociologia o que a química é para a biologia. O estudo comparativo dos costumes, das religiões, das mitologias, das filosofias dos povos da antiguidade, tem prestado incontestáveis serviços à geografia, à antropologia, tem confirmado as grandes leis da sociologia e explica fenómenos que a história não conhecia e outros que ela apenas relatava; rasga os horizontes do passado, arranca à noite dos tempos as estrelas mais brilhantes – e trazidas para mais próximo de hoje, elas, sois esplêndidos, dissipam as trevas e mostram, à luz clara de seus raios, as sociedades primitivas surpreendidas no seu viver mais íntimo.

O **Orientalismo** quebrando a laje tumular das nações mortas há alguns mil anos, descobrindo o viver pré-histórico dos nossos antepassados e conhecendo pelas línguas arcaicas o segredo da formação da linguagem, ensina-nos como se combinaram os elementos da sociabilidade humana para produzirem os grandes compostos das civilizações, que precederam a grega e a romana donde, pela idade média, provém a de toda a moderna Europa e a de todo o mundo civilizado deste século, cuja maior glória será a constituição definitiva da sociologia.

Se os trabalhos de Copérnico, as leis de Kepler e o descobrimento da lei da gravitação são admiráveis porque constituíram a astronomia e deram impulso à física, que, imobilizada pela concepção dos quatro elementos durante toda a idade média, só se constituiu como ciência depois do grande descobrimento feito por Newton; se os trabalhos de Lavoisier, de Bertholet, de Richter e outros, em fins do século XVIII estabelecendo a lei das proporções definidas, a lei das proporções múltiplas e a dos equivalentes criaram a ciência maravilhosa da química; se desde o princípio deste século o nome de Bichat ficou imortal por ele ter fundado a biologia; se a lei da evolução e dos três estados ou fases das concepções humanas, descoberta por o infeliz, quanto digno de respeito, Augusto Comte é sublime pelos seus resultados morais e por ter

* The text was transcribed and revised according to the new orthographic norm. (N. TECOP)

cavado os alicerces para o grande edifício da sociologia; não é, por certo, menos admirável, menos maravilhoso nem menos sublime o descobrimento do sânscrito, o deciframento dos cuneiformes, a interpretação dos hieróglifos e a dos Vedas na ordem histórica e filosófica e nos seus resultados sociais. Os nomes de Prinsep, Wilson, Colebrook, Wilkins, William Jones, Anquetil Duperron, Champollion, Burnouf, Bopp e outros serão eternos na memória dos homens, e os seus trabalhos de glória imorredoura.

Bem funesta, tristemente fatal, será a cegueira dos que não virem o grande alcance destes estudos que dão nova, completamente nova face à antropologia, à exegese, à crítica, à história, e chamam os filósofos para o campo para onde já Bacon lhes apontava.

Bem funesta, tristemente fatal, será a cegueira dos que à frente dos destinos de uma nação não pensarem que se o homem subjuga a natureza é, porém, escravo da ideia.

Estudos tão vastos como estes designados sob o nome de «**Orientalismo**» não parece pudessem ser tratados em doze dias¹. Custa a conceber que a atividade humana pudesse vencer a velocidade do tempo. Soube porém vencê-la. As sessões eram de manhã, à tarde, e até algumas também de noite. De doze dias souberam aqueles homens fazer vinte e seis. E, neste ainda tão breve espaço, ocupou-se o Congresso, sob o ponto de vista linguístico, etnográfico e religioso, da Ásia toda, da Oceânia, da Grécia e da Costa mediterrânea da África; expôs os objetos mais curiosos da arte e da indústria japonesa e chinesa; registrou pormenores interessantíssimos acerca dos povos primitivos e dos imigrados, no Japão e na China, na Índia, na Malásia, no Egito e no Sul da Europa Oriental, mostrando a irredutibilidade dos diferentes grupos étnicos; combateu a classificação de línguas aglutinantes devida a Max-Mueller, desfazendo a síntese em que o grande glótico e profundo indianista tinha envolvido todos os idiomas que não são chineses, nem irano-indo-europeus, nem semitas, compreendendo ele prematuramente e dum modo quási, senão de todo, arbitrário e vago em um só grupo as línguas da América, de quási toda a África, da Ásia oriental, da Oceânia e de parte da Europa inclusive o basco ou vasconço; deixou de parte a unidade incontestada dos povos árias ou irano-indo-europeus, cuja identidade léxica e gramatical, cuja estrutura de idiomas revela o estado intelectual, moral e social das raças civilizadoras da Pérsia, da Índia e da Europa; deixou a independência aos grupos japonês, chinês, turano-fino-mongólico, dravídico e malaio; discutiu as religiões do Egito, da Pérsia e da Índia, dando toda a liberdade e respeitando com toda a tolerância aos que aceitam a ideia dum monoteísmo e espiritualismo primitivo, e aos que defendem a evolução do fetichismo passando à astrolatria (como se encontra e se vê do naturalismo védico), ao politeísmo, ao monoteísmo, à metafísica, pondo frente a frente os que creem na religião revelada e a julgam sobrenatural e os que consideram as religiões como fases da concepção do mundo caindo na metafísica, soltando-se do teologismo e finalmente irrompendo, por virtude da ciência positiva, positiva e científica ela também e a única tolerante cujo *ideal* é ao mesmo tempo *real* – a Humanidade. O congresso realizou mais na parte prática o grande *desideratum* «de um alfabeto internacional para transcrição do japonês em caracteres

¹ The author refers to the first International Congress of Orientalists that took place in Paris from September 1 to 12, 1873. (N. TECOP)

européus» derramando no futuro, pela imprensa, as mais nobres ideias modernas no longínquo país do extremo oriente, o Japão, faminto de progresso, ardendo na sede de civilização.

A este congresso se seguirão outros, cada um em diferente país da Europa. A Portugal há de chegar a sua vez. É preciso, portanto, que Portugal se prepare para se mostrar digno desta honra, e não se deixe ficar fora da comunhão dos povos que o chamam e o convidam a entrar nas lutas intelectuais. É preciso desenvolver em Portugal o **Orientalismo**. E para este fim nos reunimos aqui hoje sem termos outras pretensões senão as de homens de boa vontade.

Reunimo-nos aqui, não como orientalistas, mas como homens que se constituem em «Associação para promover os Estudos Orientais e Glóticos em Portugal».

Fomos nós, senhores, os que subscrevemos, em Portugal, para o Congresso internacional que se realizou nos doze primeiros dias de setembro em Paris. É a nós que incumbe trabalhar para que em Portugal se organize uma associação com todos os elementos necessários para que os estudos relativos ao Oriente e à ciência da linguagem, hoje uma esperança, amanhã sejam um facto determinado na lei escrita e realizado na organização dos nossos estudos.

Muitas sociedades hoje prósperas têm começado menos auspiciosas do que nós. É digno de consideração e sincero reconhecimento o espontâneo e obsequioso oferecimento que o sr. Rivara, e o que o sr. Léon de Rosny, em cartas dirigidas ao Delegado do Congresso, em Portugal, o sr. Silva, fizeram, pondo às nossas ordens todas as suas obras. E é sobremodo para incitar brios, criar entusiasmo e dar ânimo a todos os que se ufanarem do nome português, ter-se mais prontificado o sr. Léon de Rosny a vir aqui fazer algumas conferências e a concorrer, para a constituição da Associação cujas bases devemos hoje lançar, com todos os sacrifícios que ele e os seus amigos possam fazer, dando-se por contente com a realização do nosso intento.

Quando um homem como o sr. Léon de Rosny faz destes oferecimentos a homens, que, como nós, formam a «Comissão nacional portuguesa do Congresso internacional dos orientalistas» é obrigação de tais homens, é nossa obrigação mostrarmo-nos dignos da oferta e de futuros obséquios.

É certo que teremos o apoio, não só do jovem e sábio japonista, mas de todas as «Comissões nacionais» de todo o congresso enfim.

Não podem ser mais auspiciosos os começos. Dentro em pouco podemos ter uma biblioteca, um arquivo, um museu digno de uma sociedade de orientalistas, e dentro de alguns anos, se formos homens de energia, poderemos dizer que em Portugal existe essa sociedade, poderemos dizer que nos cabe a glória de termos acordado o espírito deste povo adormecido mas apto para os grandes empreendimentos, poderemos dizer que fizemos a primeira das revoluções – a da instrução, poderemos dizer que concorreremos para o engrandecimento desta nação.

A Itália vai no bom caminho. A França tem já um passado brilhante e glorioso no que respeita a todos os ramos do **Orientalismo**; é ela a grande propagadora, foi até em parte a

grande mestra da Europa. A Alemanha é o grande foco desta luz imensa. A Inglaterra, a Rússia trabalham ativas. Preparemo-nos nós em Portugal, que estamos mais atrasados do que a França há cinquenta anos no que respeita ao **Orientalismo**; preparemo-nos, já que a índole sossegada do nosso povo nos deixa gozar da paz que falta à Espanha.

Assim ela se levante nobre e digna deste concerto dos povos da Europa, possa entrar nas lutas intelectuais robusta e enérgica, e achar-nos a seu lado dignos do respeito dela e merecedores em tudo do grande nome de europeus.

Lisboa, 29 de dezembro de 1873

Guilherme de Vasconcelos Abreu. 1892. *Passos dos Lusíadas estudados à luz da mitolojia e do orientalismo: memória apresentada à X Sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas.* Lisboa: Imprensa Nacional, i-vii.*

A sociedade que deu maior impulso às conferências e festas camonianas, aquela em cujo seio tudo se preparou para a comemoração do tricentenário do Grande Épico dos povos românicos, a que melhor concorreu para que se celebrasse em Lisboa o notável cortejo cívico do dia 10 de junho de 1880, foi a «Sociedade de Geografia de Lisboa».

Na sala principal desta benemérita sociedade fiz no dia 4 de maio daquele ano a conferência que publiquei, para comemoração do tricentenário de Camões, com o título *Fragmentos duma tentativa de estudo escolástico da epopeia portuguesa.*

Induziu-me a isso, muito particularmente, o amável convite do secretário-geral (hoje perpétuo) daquela sociedade, o meu amigo Luciano Cordeiro.

Reedito agora neste opúsculo, a convite e instâncias do mesmo amigo, a parte de mitologia e mitografia comparadas que propriamente era a escolástica nos *Fragmentos.*

Se da primeira vez julguei que o meu trabalho não era digno de entrar no concurso dos literatos portugueses, menos julgo desta vez que ele seja digno de se apresentar num congresso internacional de orientalistas.

A minha missão tal como a tenho compreendido, desde 1881¹, pelas circunstâncias de meio científico do meu país, no que diz respeito a estudos históricos, muito particularmente filológicos, e sobretudo orientais, é a que eu já antevira ao escrever o prefácio com que dei a lume a minha conferência.

Em 1880 dizia eu no prefácio dos *Fragmentos duma tentativa de estudo escolástico da epopeia portuguesa*:

«Desde que em 1875 comecei a dedicar-me ao estudo das literaturas orientais, principalmente da hindu antiga, julguei de necessidade o apreço científico das obras dos clássicos portugueses que melhores notícias nos deixaram das terras da Ásia.

Os comentários deficientes, que alguns contemporâneos de Camões, e outros escoliastas, fizeram da obra do grande épico português, assinalaram-me a falta daquele apreço. E não só os *Lusíadas*² o merecem, mas também os *Colóquios de Garcia da Orta*² e as *Peregrinações de Fernão Mendes Pinto*; e convém escolher na volumosa obra de Gaspar Correia as lendas de interesse real, e esclarecê-las como Yule o fez para as viagens de Marco Polo.

Dos nossos viajantes é mister colher quanto ainda está inédito, e levantar à altura que lhes é devida os nomes quási esquecidos de Bento Góis, António de Andrada, Manuel Freire, Fr.

* The text was transcribed and revised according to the new orthographic norm. (N. TECOP)

¹ 1881 refers to the year of publication of *Manual para o estudo do sãoskrito classico. Curso de litteratura e lingua sãoskritica classica e védica* (Lisboa: Imprensa Nacional). (N. TECOP)

² Felizmente os *Colóquios* de Garcia da Orta estão sendo editados e explicados com são critério e segura erudição pelo Sr. Conde de Ficalho; dos *Lusíadas* deu ultimamente à estampa o Canto I o Sr. F. de Sales Lencastre, com aparato elucidativo de primor desconhecido entre nós, e com o grande realce do estudo da pronúncia da língua portuguesa feito pelo sr. A. R. Gonçalves Viana.

Tristão da Cunha e outros, que andaram pelas regiões inóspitas da Ásia, já passando o Himalaia pelo Pir-Panjai, e pelo Mariam-la chegando a Lhasa, já atravessando o Pamir, e penetrando na China.

Do coração me consagraria eu a estes trabalhos se a fortuna, privando-me de meios de que para esse afadigado estudo carece o espírito, me não deixasse apenas, como à tímida borboleta, asas que não são para voo altivo.

Como a larva que, transformada, vem para entre as flores batendo em adejos vacilantes as leves e mal seguras asas, eu sinto-me tornado de vertigem quando me transformo ao sol da ciência, soltando-me do casulo escuro de obrigações penosas para o meu espírito.

Com afã, incansável, labuto e lido com a pressa da mariposa, mas com o vigor de quem só por si há de levantar um edifício, acarretando pedra e afeiçoando-a, aplainando toda a obra até chegar ao concerto total.

Pedra britada que salta desse afeiçoamento, e maravalhas que se juntam desse aplainar, são estes fragmentos amostras dos materiais que disponho e não do fim com que os ordeno.»



Nunca tive a louca pretensão de ser um orientalista que por trabalhos próprios enriquecesse o tesouro das pesquisas originais com que se engrandece a ciência. Carecia para isto de meios pecuniários de que não pude nunca dispor e de meio científico que ainda não se formou entre nós. Carecia de recursos em manuscritos e mesmo livros, jornais e outros trabalhos impressos, que as três principais bibliotecas, mais ao meu alcance, a Biblioteca Pública, a Biblioteca da Academia Real das Ciências, e a da Sociedade de Geografia, me não podem fornecer.

O meu desejo tem sido sempre implantar os estudos de sanscritologia em Portugal, país a que sempre os julguei necessários, e prestar testemunho de honra à minha pátria escrevendo um capítulo da sua história ultramarina. São com efeito dois os pontos que eu tenho trazido sempre em mira no meu empenho de estudo das cousas orientais, um – o conhecimento e compreensão da Índia, outro – escrever à luz deste conhecimento e guiado por esta compreensão a *Historia portuguesa da Ásia*.

A doença, que já em 1880 me flagelava e se prolongou até 1884, e os desenganos, que dia a dia se acumulam, amorteceram-me o vigor: já não penso com entusiasmo na possibilidade da realização daquele meu empenho.

Quanto, porém, para isto tenho feito digam-no as obras já publicadas por mim, as discussões que tive na Comissão das Missões no Ministério da Marinha e Ultramar, e as vãs promessas dalguns políticos, que rápidos têm passado à superfície da minha atmosfera, como estrelas cadentes (!) e efémeros (!) meteoros, sem esclarecerem as trevas de olvido em que uns e outros me deixam a mim e ao meu empenho.

Dessas discussões, dessas promessas nada resta; só há para testemunho do meu esforço esses poucos livros que tenho dado à estampa, no intuito de aplanar dificuldades a quem depois de mim vier trilhar a estrada que deixo aberta, e no intuito de ministrar aos nossos missionários da Índia conhecimentos que lhes são indispensáveis.

Estes livros são: *Manual para o estudo do sânscrito clássico*. – Vol. I, tomo I: *Gramática* (1881-1882, in-8.º p. XXIII, 186); tomo II: *Crestomatia* (1883-1891, in-8.º p. 214, VI). – Vol. II, tomo I: *Exercícios e primeiras leituras de sânscrito* (1889, in-8.º p. 173, fora o índice, as erratas e

o prefácio, que tudo vai ser dado com o tomo II). – *A literatura e a religião dos árias da Índia*. Parte I: *Introdução: Lugar da literatura árica da Índia na história da civilização do Mundo e sua influência no critério sociológico moderno* (1885, in-12, p. XXXII, 171).

Os três primeiros livros são publicações feitas por conta do Estado, em Lisboa na Imprensa Nacional, e ao Estado cumpre fornecê-los aos missionários que de Portugal vão para a Índia. O quarto livro é edição de Paris. Em nenhum teve o autor interesse pecuniário, de nenhum auferiu proveito material.

Com o mesmo desinteresse, e no mesmo intuito tenho-me ocupado nestes dois últimos anos na redação do vocabulário de sânscrito do tomo I do vol. II. Constitui esse vocabulário o tomo II do vol. II; tenho dele já impressas três folhas e a 4.^a vai brevemente entrar no prelo; deve o tomo ser de cerca de 350 páginas. Com esse tomo introduzo o método comparativo no estudo da morfologia sanscítica.

É desta maneira que entendo a minha missão de orientalista, em Portugal.

—

Todos estes trabalhos (e não falo aqui de pequenos folhetos e artigos) têm sido feitos em luta constante contra resistências passivas de meio adverso a estudos desta natureza, e à custa de muitos sacrifícios: as imposições irresistíveis da vida têm-me levado, muitas vezes, a minha atividade de espírito para outro campo e obrigado a interrupções demoradas.

Nesta luta em que se perdem tantas forças úteis para o trabalho pacífico, descuidei tudo quanto não fosse a tarefa a que me obrigara por julgar assim mais profícua a futuros estudiosos a minha dedicação.

Todavia como do aplainar da obra saltam as maravalhas, assim do meu estudo glotológico destes últimos anos têm saído aparas com que pensei compor Memória que fosse melhor cabida homenagem ao Congresso.

Mas veio logo o casulo das obrigações oficiais prender-me e tive de exercer gratuitamente, por ordem do Ministério do Reino e Instrução Pública, até fim de julho, as funções de examinador no Liceu de Lisboa. Examinei em francês, em português, em literatura, em história; não escrevi a minha memória para o Congresso, e perturbei completamente o meu cérebro com aquele trabalho fatigante e com o atordoamento moral pelo que durante aquele tempo de exames vi e ouvi, inferi e verifiquei.

Refugiei-me nesta aldeia, aonde me trouxe para sossego a espontânea hospitalidade dum amigo, e aonde a incansável atividade doutro veio lembrar-me a promessa, com que para ele eu me havia obrigado, de refazer a minha conferência de 4 de maio de 1880.

Cumpro a promessa. Atrevo-me a tanto! e até certo ponto por estar hoje fora do mercado o meu trabalho primeiro.

—

Poucos são os passos dos *Lusíadas* que interpreto neste escrito, e deles havia já tratado por ocasião do centenário de Camões.

Entendi que devia eliminar a parte meramente literária dos centões e corrigir e ampliar a que mereceu encómio de alguns homens de ciência, que me honraram no apreço do meu estudo escolástico.

A um desses, muito especialmente, devo testemunhar o meu público agradecimento. É o sr. Donald Ferguson, que se dignou traduzir em inglês, com o título *Buddhist Legends*, o meu primitivo ensaio de mitografia e mitologia comparadas.

De umas brevíssimas observações que o sr. Donald Ferguson fez à minha tradução do canto IX do Dipavamsa (ed. de Oldenberg), aproveitei agora o que era justo, e é tão-somente o que se refere ao verso 18, pesunã, e ao verso 32 que prefiro ler e traduzir como Oldenberg preferiu e eu já havia feito notar a pág. 49, nota 1, que ele preferira. Enquanto à tradução de avassakã nos versos 13-14 rejeito a que eu dera, e traduzo mais ou menos como Oldenberg; com efeito Oldenberg traduziu «helplessly» e eu traduzo «sem governo»; para isto guiei-me pelo sânscrito, passando o páli avassakã para a forma avasjakam e atendendo a que avasja significa «que se não sujeita à vontade doutrem».

A propósito da observação do sr. Donald Ferguson no tocante à minha tradução «ir de gatinhas», direi que esta tradução é pelo menos tão boa como a de «to crawl». «Andar de gatinhas» ou «engatinhar» é expressão portuguesa comum e, se não pinturesca no ponto estético, descritiva no símile, pelo qual designamos o andar das crianças arrastando-se de joelhos e com as mãozinhas no chão, no período em que ainda não podem pôr-se de pé e andar eretas. Direi mesmo que o verbo «engatinhar» ou a perífrase «ir de gatinhas» escusa o dizer-se «com pés e mãos»; há nisto redundância, que deixei ficar por querer traduzir as palavras ubhopāṇīhi gannūhi, e não ser este pleonasma cousa para estranhar-se em português vernáculo. Em inglês traduz-se muito bem «engatinhar» por «to creep with hands and feet».

Enriqueceu o sr. Donald Ferguson o meu pequeno trabalho com a sua tradução do jâtaca do *Cavalo-Nuvem*. Dou esse jâtaca em seu lugar, na própria versão inglesa, e com as respetivas notas que a acompanham no folheto em que se trasladou o meu.

—

Se aos orientistas e aos camonianistas merecer alguma importância a reedição do trabalho publicado por mim por ocasião do tricentenário de Camões, agora assim modificado, seja isso em louvor de Luciano Cordeiro, a cujas instâncias se deve e para cujo preito o dedico.

Aqualva, 23 de agosto de 1892.

G. de Vasconcelos Abreu

SOCIÉTÉ DE GÉOGRAPHIE DE LISBONNE

A RESPONSABILIDADE PORTUGUESA
NA CONVOCAÇÃO DO X CON-
GRESSO INTERNACIONAL DOS
ORIENTALISTAS.

LA RESPONSABILITÉ QUI REVIENT
AU PORTUGAL DANS LA CON-
VOCATION DU X^{ÈME} CONGRÈS
DES ORIENTALISTES.

RELATORIO

RAPPORT

POR

PAR

G. de Vasconcellos Abreu



R. 11.984

LISBONNE

IMPRIMERIE NATIONALE

1892

A RESPONSABILIDADE PORTUGUESA
NA CONVOCAÇÃO DO
X CONGRESSO INTERNACIONAL DOS ORIENTALISTAS

Relatório do Vice-Presidente da Comissão Executiva
na sessão de 15 de junho de 1892

LA RESPONSABILITÉ QUI REVIENT AU PORTUGAL
DANS LA CONVOCAATION DU
X^{ÈME} CONGRÈS INTERNATIONAL DES ORIENTALISTES

Rapport du Vice-Président du Comité Exécutif, présenté
dans la séance du 15 juin 1892

Monsieur le Président !

Messieurs !

C'est par une juste déférence envers vous, et afin que l'on ne puisse jamais me taxer d'avoir voulu me soustraire à la part de responsabilité qui m'échoit dans la convocation du 10^{ème} Congrès International des Orientalistes, que je viens vous soumettre, de la manière la plus succincte, certains faits que vous devez tous connaître et apprécier.

En agissant ainsi je n'obéis à la suggestion de personne. Cette démarche m'est imposée par ma position officielle en Portugal de professeur d'une langue et d'une littérature orientales ; par ma qualité de Délégué du Gouvernement Portugais au 8^{ème} Congrès International des Orientalistes à Stockholm et à Christiania, en 1889, et d'auteur du «Sommaire des Investigations en Sanscritologie depuis 1886 jusqu'à 1891», travail fait sur la demande du Comité organisateur du 9^{ème} Congrès International des Orientalistes, et, par ordre du Gouvernement Portugais, imprimé et envoyé au même Congrès à Londres, en 1891 ; par le fait d'avoir été l'un des Délégués de ce dernier Congrès, et, accompagné du Romaniste bien connu Mr. Gonçalves Vianna, également Délégué du même Congrès, d'avoir, en cette qualité, présenté à la Direction de la Société de Géographie de Lisbonne, la lettre de Mr. le Dr. G. W. Leitner, en vertu de laquelle cette Société s'est constituée en Comité Organisateur du 10^{ème} Congrès International des

Orientalistes; enfin par l'ensemble de circonstances qui se sont succédées depuis trois ans en ce qui concerne le Congrès International des Orientalistes.

Oui, c'est par déférence envers vous, que je viens exposer des faits qu'il vous faut connaître; mais, au besoin, je les exposerai de même à mon pays, dont les yeux sont actuellement fixés sur nous et aux pays étrangers que cette question intéresse, afin qu'on ne puisse porter un jugement erroné sur moi, sur nous, sur notre pays.

Dans ce Comité Exécutif, comme membre, comme Délégué du Congrès de 1891, comme Professeur, je suis un fonctionnaire public, et les faits de la vie publique d'un homme doivent être connus de tous ceux qui ont avec lui des rapports dans les affaires de l'État. Eh bien, c'est de certains faits de ma vie publique intéressant ce Comité Exécutif, que quelqu'un s'est déjà avisé de former une base d'incrimination contre moi de l'insuccès possible du Congrès International des Orientalistes projeté à Lisbonne.

Vous, Messieurs, qui êtes, comme moi, membres de ce Comité Exécutif, vous savez que la Direction de la Société de Géographie de Lisbonne a accepté la responsabilité d'organiser le 10^{ème} Congrès International des Orientalistes, afin que la réunion en ait lieu ici; et que ce congrès, ainsi dénommé et classifié, se base sur les Statuts approuvés dans le 1^{er} Congrès International des Orientalistes, qui a été le premier à établir la série de ces congrès et qui s'est réalisé à Paris, en 1873.

Je suis d'avis que la Direction de la Société de Géographie de Lisbonne a accepté de plein droit cette responsabilité; en outre, que cette responsabilité, vu le droit qu'elle avait de la prendre, existe uniquement dans la manière d'être du Congrès et dans le résultat scientifique du même Congrès, mais jamais en ce qui regarde la convocation qui a été faite; en d'autres termes, la responsabilité de la Société de Géographie de Lisbonne concerne à peine les commodités matérielles et l'accueil dus aux Congressistes, le fonctionnement des sections du Congrès, et, en par-

ticulier, l'action bienfaisante pour l'avenir de notre pays, soit en développant et assurant même entre nous les études orientales, soit en concourant à la prospérité et à la bonne renommée de cette nation. La responsabilité de la Direction de la Société de Géographie de Lisbonne est donc dans les limites de sa nature, au point de vue général aussi bien que de sa constitution particulière; mais c'en est une bien grande encore que de veiller à tout, pourvoir à tout et prévoir tout ce qui pourra contribuer au succès de cette entreprise.

Nous étions en droit de prendre la responsabilité d'organiser le 10^{ème} Congrès International des Orientalistes — ce dont j'ai la certitude et qui m'est facile de démontrer, comme vous allez voir. Nous n'aurons cependant aucune responsabilité si, postérieurement aux circonstances qui nous donnaient ce droit, il vient à surgir d'autres circonstances qui nous empêchent de mener à bon terme le seul Congrès International des Orientalistes légitime, cette année, dans la série initiée en 1873.

La Direction de la Société de Géographie de Lisbonne a adressé une invitation à tous les hommes de science qui, avec les lumières et les progrès acquis au savoir dans cette branche des connaissances humaines, puissent par leur venue éclairer l'Assemblée constituée par tous, et discuter, chez nous, les points controversés dans les lettres orientales.

Nous en tirerions une leçon utile, et nous aurions à la fois une occasion de montrer par notre zèle et nos efforts, que nous sommes dignes de la confraternité scientifique.

Et, en dépit de quelques voix discordantes qui, agissant d'abord à l'ombre du secret, essayent maintenant d'étouffer à grand bruit cette invitation sincère, nous devons la maintenir et ne rien négliger pour faire un bon accueil à nos hôtes, appuyés que nous sommes sur notre bonne foi et la courtoisie de notre convocation.

Que la bonne foi pourtant ne dégénère pas! Ce serait une imprudente crédulité si, pour ne rien craindre, on se résignait à tout ignorer, et ignorant tout, à ne rien pré-

voir; ce serait une vanité coupable que de cacher des craintes justes et pleinement fondées, induisant ainsi dans une erreur dangereuse quiconque se laisserait éblouir par de vaines apparences.

Notre bonne foi consistait à croire que personne n'oserait tenter de former un Congrès International des Orientalistes faisant suite, dans la série de 1873, à celui de 1889, sans se baser sur les Statuts de 1873, de l'autorité desquels est émanée notre convocation pour le 10^{ème} Congrès International des Orientalistes en septembre de cette année.

Cette bonne foi n'était que la droiture de nos sentiments et la logique de nos procédés.

Il est pourtant des gens qui, au mépris des Statuts de 1873, se sont arrogé le droit ou se sont cru le pouvoir d'annoncer que le 9^{ème} Congrès International des Orientalistes sera réuni en septembre prochain à Londres, par une décision à laquelle on s'est *enfin* arrêté *tout récemment*.

Notre crédulité ne peut pas aller au point de nous enlever toute crainte devant un tel fait; et c'est parce que nous avons des raisons suffisantes pour le craindre, qu'il nous est nécessaire de savoir, si l'on répondra à notre appel, si nous devons continuer ou non les préparatifs commencés, et poursuivre en tout avec précaution, ou bien faire semblant de tout ignorer.

Nous ne pouvons être si courtois qu'on nous juge faibles, ni fermer les yeux et les oreilles jusqu'à l'insouciance; ou téméraires au point de nous aventurer à compromettre notre nom et celui de S. M. le Roi, qui accepte la Présidence au cas où le Congrès s'effectuera à Lisbonne.

Je vais m'expliquer.

Monsieur le Président!

Les individus qui ont organisé le 1^{er} Congrès appelé «Congrès International des Orientalistes» ont rédigé des

Statuts qui ont été, avec la même dénomination, acceptés et respectés par tous les congrès postérieurs, depuis le 2^{ème} Congrès International des Orientalistes, à Londres, en 1874, jusqu'au 8^{ème} Congrès International des Orientalistes à Stockholm et Christiania, en 1889. Le congrès initiateur appelé déjà 1^{er} Congrès International des Orientalistes eut lieu à Paris en 1873. Les Statuts élaborés, sur lesquels devraient se réguler les futurs Congrès Internationaux des Orientalistes, sont connus sous le nom de «Les Statuts de Paris», «Les Statuts de 1873» et ils ont été approuvés par l'Assemblée Internationale de ce même Congrès.

D'après l'article 19 de ces Statuts — «Toute demande en modification des Statuts devra être signée par un nombre de membres égal au moins à la moitié du nombre des nationalités différentes représentées effectivement au Congrès» — et l'article 20 détermine que: — «Si ce projet de modification est pris en considération par la majorité absolue des membres du Congrès, une Commission sera chargée de présenter, à ce sujet, des conclusions. A la session suivante, ces conclusions seront adoptées ou rejetées au scrutin secret par oui ou par non et sans discussion.»

Procéder donc contrairement aux dispositions des Statuts de Paris, tant que ceux-ci ne seront pas modifiés conformément à la lettre des articles cités, est une illégalité.

On a procédé pour cette raison, illégalement, au Congrès de Stockholm-Christiania, et de ce procédé est résultée la discorde entre les Orientalistes.

En voici la démonstration.

En effet: 1^o — L'article 3 détermine ce qui suit: «A la fin de chaque session, le Congrès désigne le lieu où devra se tenir la session suivante».

On n'a pas agi ainsi, et intentionnellement, afin de laisser ce privilège — qu'on arrachait à la confraternité internationale — entre les mains de certains individus, qui devien-

draient dans la suite les seuls et uniques maîtres de tous les congrès.

2^o — Le même article 3 ajoute que : « Il (le Congrès) choisit, en outre, dans le pays désigné, le président de cette session, et, s'il y a lieu, plusieurs savants de la nationalité du président pour le seconder dans son œuvre. Le président élu constituera le Comité central d'organisation de la nouvelle session ».

Rien de cela n'a été fait, et pour cause : la première illégalité étant donnée, il serait impossible de choisir un président d'un pays non désigné.

Par conséquent, le Comité Central organisateur du 9^{ème} Congrès International des Orientalistes n'a point été constitué. De même, on n'a pas déterminé non plus ceux à qui devraient être transmis les pouvoirs pour la continuation de la série des Congrès commencés en 1883, à Paris.

Ces pouvoirs cependant sont restés entre les mains de qui, par détermination du 1^{er} Congrès International des Orientalistes, était en droit de les transmettre, comme je le dirai tout-à l'heure.

J'ai affirmé ci-dessus que c'était par parti pris qu'on avait passé sur l'article 3, en ne déterminant pas le lieu où devrait se réunir le 9^{ème} Congrès des Orientalistes. En effet :

Ceux qui ont méconnu ces Statuts ont voulu faire accepter la nomination d'un Comité composé de MM. Dilmann, Kremer, Kuenen, c'est-à-dire, des présidents des Congrès de Berlin, de Vienne et de Leyde, et dont le secrétaire général serait Mr. le comte de Landberg, le secrétaire général du 8^{ème} Congrès

Cela était illégal, non seulement parce que nous n'avons pu user de notre droit de choisir nous-mêmes un pays, ni du droit d'élire un président pour la session suivante, de la nationalité de ce pays et y résidant, mais parce que ce procédé venait dépouiller toutes les nations autres que l'Allemagne, l'Autriche, la Hollande et la Suède, des droits

qui appartiennent à leurs délégués respectifs, mais encore parce que, suivant l'article 18, outre le Comité central, il doit fonctionner un Comité de permanence, et que ce Comité de permanence n'a pas été élu.

Voici cet article 18: «A l'expiration de chaque session, il sera formé un Comité de permanence composé du Comité central d'organisation de la session et de Délégués nommés par les membres de chaque nationalité représentée au Congrès et résidant au lieu où a été tenue la session».

Eh bien, on n'en a pas tenu compte, de même qu'on n'a fait nul cas du président du même Congrès de Stockohlm-Christiania, de même qu'on a privé les membres de chaque nationalité représentée de faire usage de leurs droits!

Il y eut du tumulte. La séance fut levée, et comme c'était le dernier jour, le Congrès se termina sans que nous ayons pu nous entendre, ou venir à une conclusion légale. Moi, de mon côté, ignorant les dispositions des Statuts de Paris, je me suis adressé à Mr. Kern, et, l'ayant consulté, j'ai résolu de le laisser agir.

A la prétention de déroger les Statuts par surprise, venait encore s'ajouter, comme j'en ai été informé après, celle de mettre les Congrès futurs dans la dépendance d'un Institut, dont le Protecteur et Président serait un haut personnage: cet Institut se composerait à peine de 40 personnes, qui, pourraient disposer à leur gré de tous les Congrès.

On voit donc bien que ce fut intentionnellement qu'on a évité de choisir le lieu de réunion du 9^{ème} Congrès International du Orientalistes.

Ce serait là un moyen de détruire pour toujours l'œuvre internationale du Congrès de Paris.

Il y a eu plus tard des protestations nombreuses; je suis l'un de ceux qui ont protesté, et je maintiens ma protestation dans les termes consignés ici.

Parmi ceux qui ont réclamé, il y a des noms d'individus dont je suis personnellement ami; il y a des hommes qui occupent dans la science une place très importante.

Voici les noms d'un petit nombre d'entre eux: R. Rost, Bibliothécaire en Chef de l'India Office, le célèbre pâliste Fausböll, l'Égyptologue bien connu Maspero, le grand sinologue Legge, l'arabiste Hartwig Derenbourg, le docte polyglotte, zendiste de haute renommée et aujourd'hui aussi sinologue remarquable, Monseigneur de Harlez, le fameux assyriologue Sayce, et — pour éviter les épithètes, car il suffit du nom —, J. Darmesteter, Kielhorn, Pinches, Lyall, Douglas, Abel, Birdwood, Joseph Derenbourg, Bellucci, Lanman, Sir Henry Rawlinson, Terrien de Lacouperie, Oppert, Madier de Montjau, Vambéry, Burgess, etc., etc.

Après cette protestation, il y a eu réaction de la part de ceux qui appuyaient le Comité projeté.

De part et d'autre ont eu lieu des faits que je crois inutile de citer ici. Le point capital apparent se résume ainsi:

Qui sera l'héritier de la succession jacente? En d'autres termes: *Qui est-ce qui pourra légalement continuer à user dans l'organisation des futurs congrès du nom de Congrès International des Orientalistes, et du numéro de la série?*

Tel est le problème ou plutôt la pomme de discorde. Pour moi je ne veux résoudre le problème ni juger le conflit que dans mon for intérieur. Et si mon estime et mon grand respect pour des hommes de science, du côté desquels je serai toujours dans le champ scientifique, m'obligent à l'hommage que je leur dois, la vérité et la justice n'ont pas un moindre droit à mon respect et à ma considération, et voilà pourquoi j'ai protesté, et voilà pourquoi je maintiens ce que j'ai fait.

Après cela je n'ai plus pris une part active à ces questions en faveur des uns ni en faveur des autres. J'ai suivi la question avec déplaisir, sachant ce qui se passe et le regrettant.

D'un côté, les Fondateurs encore vivants, le Comité permanent de Paris, se sont jugés, et non sans cause, dépositaires de l'héritage jacent.

D'un autre côté, Mr. Max Müller avec d'autres orientalistes de grand mérite, se sont cru un droit exclusif à cet héritage.

Sans discussion, et me bornant à indiquer le critérium sur lequel j'ai réglé ma conduite dans des faits connus, pratiqués par moi depuis 1891 et touchant le Congrès International des Orientalistes, je dirai à peine que :

Les Statuts de 1873, ayant été approuvés dans l'Assemblée Générale, les faits pratiqués à Christiania, le dernier jour du 8^{me} Congrès, n'altèrent en rien ces Statuts.

Ces faits, je les ai considérés sous deux points de vue : soit relativement aux futurs Congrès Internationaux des Orientalistes — question légale —, soit relativement à la signification de ces mêmes faits — question morale. Pour ce qui est de cette dernière, je dirai seulement, sans partialité d'aucune sorte, que ce qui s'est passé à Christiania est venu apporter à la psychologie une preuve de plus de ce que le sens moral n'est ni inhérent à la capacité scientifique ni en raison directe du savoir.

Examinons la question légale.

Les Statuts se maintiennent. Donc, pour renouer la série des Congrès Internationaux des Orientalistes, lesquels sont réglés dans leur propre sphère uniquement et exclusivement par ces Statuts, il fallait absolument avoir recours à cette loi acceptée et sanctionnée et partant respectée par tous ceux qui prétendent convoquer un *Congrès International des Orientalistes continuant la série initiée à Paris en 1873*.

L'article 4 dit : « Feront partie du Congrès et auront droit à toutes ses publications les personnes qui en feront la demande, en temps utile, et acquitteront la cotisation annuelle ».

Une fois donc le Congrès de Christiania dissous, les individus n'ayant d'autres droits que ceux qui leur sont conférés par cet article, ne pouvaient rien invoquer qui leur assurât une voix dans les futurs Congrès Internationaux des Orientalistes de la série de 1873, si ce n'est leur adhésion, postérieure à l'organisation du même Congrès, et, alors même, ces droits se bornaient à ce qui ressort de l'article 4.

Cependant tous les membres du 8^{ème} Congrès ne se trouvaient pas précisément dans les mêmes circonstances. Il y en avait qui comptaient sur des droits et des prérogatives particulières, qui leur avaient été conférés par les Statuts et par les décisions de la dernière Assemblée du Congrès de 1873.

Voici comment s'exprime l'article 2: «... l'époque d'ouverture de chaque session nouvelle devra être notifiée à tous les présidents des Congrès antérieurs, le plus tôt possible, avant le 31 décembre de chaque année, par les soins du Comité central d'organisation de la session prochaine. — Faute de cette notification le Comité central d'organisation du précédent Congrès devra fixer lui-même un autre pays pour la réunion prochaine».

Mais il n'y pas d'époque marquée pour l'ouverture du futur Congrès.

Cette notification ne pouvait donc être faite ni par le Comité central d'organisation du futur Congrès, car il n'existait pas, ni par le Comité central d'organisation du Congrès précédent, puisque celui-ci, le 8^{ème}, venait d'être dissous, au mépris des Statuts, Statuts qu'il ne pouvait par conséquent invoquer désormais en sa faveur.

J'appelle l'attention de Mr. le Président et du Comité Exécutif sur cet article 2, sur la manière dont je l'entends et sur les conclusions que j'en déduis. D'autres conclusions bien opposées en ont été tirées, et c'est sur elles que s'est basée la discussion. Ainsi, on invoque la dernière partie de l'article 2 et l'on prétend que si le Comité cen-

tral d'organisation du Congrès immédiatement postérieur au 8^{ème} ne fit pas la notification dont parle cet article, c'était au Comité central d'organisation du 8^{ème} Congrès qu'il appartenait de choisir un pays pour la réunion prochaine.

Oui, certes, ce choix lui appartiendrait, si le Comité eût encore existé; mais il n'existait plus. Nul n'est propre à exercer des droits conférés par des Statuts du moment qu'il désire déroger à ces mêmes Statuts, soit pratiquant des faits tendants à cette dérogation, soit en consentant la réalisation de ces faits. Or ce Comité Central d'Organisation du 8^{ème} Congrès a permis des faits de cet ordre et a laissé entre les mains de MM. Dillman, Kremer, Kuenen et le comte de Landberg des pouvoirs qu'il ne pouvait jamais leur conférer. Il s'est désisté des droits que lui confiaient les Statuts en agissant contre eux et en déclinant volontairement tous les droits entre les mains d'un Comité illégalement constitué.

Donc: le Comité central organisateur du 8^{ème} Congrès cessa, par suicide, d'être une individualité dans la société régie par les Statuts de Paris.

Il fallait donc avant tout choisir un pays et fixer une époque.

Mais qui cela regardait-il?

Cela regardait, uniquement et exclusivement, conformément à la disposition de l'art. 18, le Comité de permanence défini par cet article, comme nous l'avons vu.

Il semblerait, si nous n'avons égard qu'à ce que j'ai cité de l'art. 18, qu'il appartenait au Comité de permanence du 7^{ème} Congrès de choisir le pays et de fixer l'époque de la session future. Mais l'art. 18 ajoute que «le Comité restera en fonctions jusqu'à l'ouverture du Congrès suivant». Donc, le 8^{ème} Congrès une fois ouvert, les fonctions du comité de permanence du 7^{ème} Congrès ont cessé, et, par parité de droit, les comités de permanence de chacun des congrès antérieurs cessent également à l'occasion de l'ouverture du Congrès immédiat.

Tout serait-il donc fini ?

Les faits advenus à Christiania auraient-ils mis un terme à la série commencée, en 1873, à Paris ! ?

Non ! et c'est ce que je vais démontrer.

Dans la séance de clôture du 1^{er} Congrès International des Orientalistes, en 1873, a été déterminé, relativement au Congrès de permanence de 1873, ce qui suit :

« L'Assemblée, consultée sur la mission du Comité de permanence, décide que, tout en limitant la durée de ce comité à l'ouverture de la session suivante, le président (Baron Textor de Ravisi) pourra, sur l'avis conforme de la Commission administrative (Messrs. Léon de Rosny, E. Madier de Montjau et Le Vallois) proroger les pouvoirs de ce comité international tant que les intérêts de la publication entreprise par le Congrès ou ceux de la continuation de l'œuvre pourront le rendre utile. »

Et l'art. 15 ajoute que seront « membres de droit des dits Congrès (tous les Congrès suivants) en considération de leur coopération active à la création de l'œuvre internationale, les deux membres (MM. Ed. Madier de Montjau et le Capitaine Le Vallois) du Comité d'organisation dont se composait, avec le président, la Commission administrative ou de direction du premier Congrès tenu à Paris. »

Donc : l'organisation du 9^{ème} Congrès International des Orientalistes appartenait uniquement et exclusivement au Comité de permanence de 1873, et étaient « membres de droit » de tout Congrès qu'il aurait à organiser, MM. Ed. Madier de Montjau et Le Vallois, les premiers qu'on aurait à consulter.

Et c'est dans ce sens qu'on a procédé.

Ce fut cette série de raisonnements, en considération des Statuts intacts et de la décision finale de l'Assemblée de 1873, jusqu'aujourd'hui incontestée, qui me déterminèrent à signer la protestation de 1889 et à accepter l'invitation faite par le Congrès de 1891, et par S. E.^{co} Mr. le Ministre de l'Instruction Publique, en Portugal, d'écrire le « Sommaire des Investigations en Sanscritologie de 1886 à

1891», travail qui fut officiellement envoyé par le gouvernement portugais au même Congrès de Londres en 1891.

Comme je viens de le dire, ce Congrès des Orientalistes de 1891, à Londres, fut organisé par les membres de droit et par le Comité de permanence de 1873, conformément à l'autorité des Statuts et à la dernière délibération du Congrès de Paris, dans sa séance de clôture.

M. le docteur Leitner a été le secrétaire général de ce Congrès, lequel fut ouvert, fonctionna et fut clos à l'époque convenable, eut ses séances sous la présidence du Lord Chancelier d'Angleterre, Lord Halsbury et fut favorisé par des protecteurs et des présidents honoraires, parmi lesquels Son Altesse Royale le Duc de Connaught, son président réel ayant été le Rév. Charles Taylor, hébraïsant, «Master of Saint John's College, à Cambridge, deux fois». Vice Chancellor of the University of Cambridge. Il reçut la dénomination de «9^{ème} Congrès International des Orientalistes».

Pendant son organisation on parla beaucoup d'un Congrès des Orientalistes qui n'avaient point signé la protestation; on répandit des programmes; on désigna même le délégué du Portugal: ce Congrès était appelé International et on lui assignait le numéro IX (donc, comme faisant suite dans la série de 1873); enfin, on fixait l'époque où il devait avoir lieu, le mois de Septembre de 1891.

Toutefois, ce Congrès ne s'est pas réalisé.

Le Gouvernement Espagnol reconnut comme légitime le 9^{ème} Congrès International des Orientalistes, et y envoya, comme son délégué, l'arabisant bien connu M. Pascual de Gayangos. Outre cela M. Cánovas del Castillo fit tous ses efforts pour obtenir que le 10^{ème} Congrès eût lieu en Espagne. Voici le texte du télégramme envoyé par M. Cánovas à l'ambassadeur d'Espagne à Londres: «7

septembre 1891. Veuillez transmettre D. Pascual Gayangos ceci: Gouvernement verra avec grand plaisir dixième Congrès Orientaliste eut lieu en Espagne, lui laissant libre choix entre Grenade et Séville. Les deux villes devant être visitées ainsi que Cordoue, il préférerait que réunion et séances eussent lieu avant, non après 12 octobre. M. Gayangos est autorisé à tout arranger au mieux. (signé) Cánovas».

Le 9^{ème} Congrès délibère en faveur de cette prétention. Le 5 janvier M. Ayuso, secrétaire général du Congrès Espagnol, déclare ce qui suit, dans une lettre écrite au Baron Textor de Ravisi (président du Comité de permanence de 1873) « Afin de ne pas préjuger la question de légitimité nous n'avons pas signalé le numéro d'ordre du Congrès; c'est l'assemblée elle-même qui décidera si le Congrès doit être appelé le neuvième ou le dixième».

En effet, dans la lettre circulaire et dans le Règlement que j'ai reçu d'Espagne, le Congrès n'a point de numéro.

On lit encore dans la lettre de M. Ayuso: «... le Gouvernement espagnol a suivi des négociations, afin d'obtenir des comités de Christiania et de Londres (qui n'avaient aucune existence légale, comme je crois l'avoir démontré) que le Congrès qui devait avoir lieu dans cette ville, dans le mois de septembre de 1892, soit transféré en Espagne.»

Le comité qui préparait le Congrès à Londres, sous la présidence de M. Max Müller, ne se préoccupa guère de ces négociations, puisqu'il faisait annoncer le 16 janvier dans «The Athenæum», que ce congrès devrait se réaliser pendant le mois de septembre de 1892 à Londres.

En vertu de cet article de l'Athénée M. le Baron Textor de Ravisi écrit à M. Douglas la lettre qu'on va lire:

Paris, le 28 Janvier 1892.—«Cher Monsieur Douglas.— Permettez-moi, en considération des aimables relations qui existent entre nous de vous soumettre ce qui suit.

Quand il m'a été parlé de l'article de l'Athenæum (16 courant) j'ai répondu que je ne pouvais pas y croire. Je l'ai sous les yeux. Il est signé «Robert K. Douglas, Hon.

Secr. of the Ninth International Congress of Orientalists».

Selon vous, cher monsieur, le 9^{ème} Congrès International des Orientalistes aurait donc lieu à Londres en 1892, sous la présidence antistatutaire de M. le Prof. *Max Müller*, en d'autres termes, le 9^{ème} Congrès International des Orientalistes qui a déjà eu lieu à Londres en 1891, sous la présidence de votre *Lord Grand Chancelier d'Angleterre* est considéré par vous comme *fait nul et non venu!*

Permettez-moi de vous remémorer que vous avez signé pour que le 9^{ème} Congrès eût lieu en 1891; que vous avez déclaré que le comité de Christiania était illégal et que ses agissements étaient illégaux; que ce comité, réduit à un seul membre par les décès de ses autres membres (il manque ici un mot, probablement *agissant*) sans tenir compte des Statuts dont vous avez signé le maintien, ce comité est et reste illégal. Vous ne pouvez donc pas vous appuyer sur lui.

Dans ces conditions les membres Français ont pris la résolution suivante: «Ils revendiquent avec le numéro de la Série inaugurée à Paris en 1873 le titre même du congrès comme ayant été établi par eux, et font défense absolue à quiconque de prendre en dehors des bureaux statutaires, la dénomination de ces congrès.

Vous avez le droit, cher monsieur, (droit commun à tous), d'appeler votre futur congrès du nom qu'il vous conviendra, *excepté* de lui donner un nom et un numéro appartenant à autrui.

Permettez-moi donc d'espérer que vous voudrez bien retirer votre annonce faite dans l'*Athenæum* du 16 courant, par *un avis rectificatif*. Vous nous forcerez, à notre profond regret, en ne le faisant pas, à vous intenter une action judiciaire.

Oui, cher monsieur, une poursuite judiciaire ne serait faite qu'à mon très grand regret; mais veuillez bien considérer que c'est à *vous même* et non point à moi qu'échoit le rôle d'arrêter la suite que comporte votre article dans l'*Athenæum*.

Je finis, comme j'ai commencé, en faisant haut appel à nos bonnes relations; aussi veux-je espérer que vous interpréterez cette lettre dans le sens amical qui l'a dictée et non autrement.

Je suis, cher monsieur, votre bien sincèrement — *Baron Tector de Ravisi.*»

La conséquence de cette lettre fut qu'on cessa de parler d'un congrès à Londres en 1892: je crus qu'il était bien mort.

Le comité qui jusqu'à la fin exerça ses fonctions sous la présidence de Lord Halsbury, et fit le 9^{ème} Congrès International des Orientalistes en 1891, avait déjà interdit, le 23 mars 1891, à cet autre Comité composé de ceux qui méconnaissent les Statuts de Paris l'usage de la dénomination «9^{ème} Congrès International des Orientalistes», dans les termes suivants:

«We therefore announce that, without in the least opposing the assembling of an Oriental Congress in 1892, we forbid the use of the name, organization and of any portion of the funds of the Ninth International Congress of Orientalists, for any other purpose than that of 1891; and we are prepared to take all such measures as may be within our power to enforce, if necessary, the rights which the founders and 400 signatory members, representing thirty countries, have confided to our care.»

Cette sommation avait pour le moment mis un terme à l'abus; toutefois, peu de temps après, l'abus se renouvelait, pour tomber de nouveau, comme je viens de le dire.

Ce fut pendant ce marasme que le Dr. Leitner vint en Espagne pour traiter du 10^{ème} Congrès International des Orientalistes.

Les désirs, très louables d'ailleurs, de la part du Gouvernement Espagnol, de ramener à un accord les dissidents, n'ont eu aucun résultat. On devait s'y attendre, car on voit dans la lettre de M. Ayuso, que les Espagnols les premiers étaient en contradiction avec eux mêmes, en remettant au Congrès Espagnol la délibération sur le fait consommé à

Londres en 1891, reconnu par le Gouvernement Espagnol lui-même.

L'article du 16 janvier publié dans l'Athénée rendit encore plus difficile la position du Gouvernement Espagnol. C'était le démenti le plus formel aux souhaits exprimés par les Espagnols sur des négociations avec les partisans de la coterie à laquelle M. Douglas s'était associé, après avoir protesté, comme moi, contre la résolution de Christiania.

Finalement, le Gouvernement espagnol déclare que le Congrès n'aurait plus lieu en Espagne, et après avoir brigué le mandat, il le rejette.

Dans son passage à Lisbonne, M. le Dr. Leitner m'a consulté sur la possibilité d'assembler ici le 10^{ème} Congrès. Je ne me suis pas montré favorable à cette idée; au contraire, je l'ai combattue sous un point de vue. Reconnaisant toutefois que les Statuts, la délibération prise à la dernière séance du Congrès de 1873, le Comité de permanence de Paris et celui de Londres, également légitime, donnaient à M. Leitner le droit de transmettre les pouvoirs pour l'organisation du 10^{ème} Congrès, puisque l'Espagne avait abandonné le mandat qu'elle avait elle même demandé; convaincu que par suite de la sommation catégorique faite par la présidence du Comité de permanence de Paris et de celui de Londres, aucun autre congrès ne pourrait se rassembler, quelque part que ce fût, sans l'autorisation de ces deux comités, sous un titre que le Statuts seuls peuvent conférer; dans l'espoir que le Congrès de Portugal serait visité à l'occasion du Centenaire de Colomb, et que ce Congrès devrait encourager, voire même assurer les études Orientales chez nous; — j'ai dit à Mr. Leitner *qu'il pourrait faire dans ce but ce qu'il croirait plus convenable, car je n'y mettrais aucune opposition.*

Nous étions ici, moi et mon ami A. R. Gonçalves Vianna, l'un des romanistes portugais les mieux connus, les deux délégués portugais du Congrès de 1891. Par ce motif, M. le

Dr. Leitner nous a adressé une lettre, où il demandait si la Société de Géographie de Lisbonne voudrait prendre sur elle l'organisation du 10^{ème} Congrès International des Orientalistes.

Dans notre qualité de délégués nous nous sommes adressés à la Société de Géographie, lui remettant officiellement la lettre du Délégué Général, sans rien suggérer ou conseiller. Je prie qu'on fasse venir ces documents, afin que l'on puisse prendre connaissance démontrée de que j'avance.

La Direction de la Société de Géographie, après un examen approfondi et une lente appréciation du sujet, a reconnu la légitimité des pouvoirs que M. le Dr. Leitner lui transmettait, et elle les a acceptés.

On a reconnu cette légitimité, non seulement parce qu'elle se basait sur les Statuts qui sont en vigueur, et que ces pouvoirs avaient été donnés par le comité de permanence de Paris et par celui de Londres, mais aussi parce que la Direction de la Société de Géographie savait bien que l'Espagne avait décliné la mission d'organiser le Congrès, quoique, je le répète, elle eût annoncé qu'il s'y rassemblerait, et que, pour cela, M. Cánovas del Castillo eût demandé, à celui qu'il reconnaissait comme la seule autorité à cet effet, la transmission des pouvoirs.

Avant de remettre à la Direction de la Société de Géographie la lettre de M. le Dr. Leitner, nous lui avons dit, moi et M. Gonçalves Vianna, qu'à notre avis il serait mieux de tenir la 10^{ème} session du Congrès à Paris. M. Leitner nous a objecté que le Comité de permanence de Paris préférerait d'y réunir le 11^{ème} Congrès en 1893, afin de célébrer solennellement la première décade, en inaugurant la deuxième.

Cette explication nous a paru suffisante, parce que, en effet, d'après l'article 1^{er} des Statuts «le Congrès ne pourra se réunir deux fois de suite dans le même pays». Donc, le 10^{ème} Congrès International des Orientalistes ne pourrait avoir lieu cette année à Paris.

Maintenant, il y a environ dix jours j'ai reçu de Londres une lettre circulaire, datée du 14 mai, où il est annoncé « que l'on a *enfin résolu* que le 9^{ème} Congrès International des Orientalistes aura lieu depuis le 5 jusqu'au 12 septembre de 1892, à Londres, sous la présidence du Professeur Max Müller, S. A. R. le Duc de Connaught étant le Président d'Honneur ».

Voici un exemplaire de cette lettre.

Il est signé au nom du Comité d'Organisation par son président M. George Birdwood!

M. George Birdwood a signé, comme moi, la protestation de 1889.

Son Altesse Royale le Duc de Connaught a été l'un des Protecteurs du 9^{ème} Congrès, célébré à Londres en 1891.

Que signifie tout cela?

Pour répondre à cette interrogation, nous devons considérer les faits sous deux points de vue: dans les Statuts, et en dehors des Statuts.

I— Dans les Statuts, cette conduite ne peut signifier qu'une chose: les Orientalistes se sont accordés enfin (comme dit la lettre circulaire, ce qui est tout-à-fait désirable), et veulent célébrer le Congrès où les deux partis s'embrasseront l'un l'autre, et ce Congrès recevra le numéro 9, comme étant le neuvième d'*unité* internationale entière.

Mais cette hypothèse n'est pas vraie. Le Comité qui a transféré ses pouvoirs à la Société de Géographie de Lisbonne considère un abus l'acte d'où provient la lettre circulaire du 14 mai. Il a consulté des avocats (dont l'un M. R. M. Pankhurst, 5 New Square, Lincoln's Inn, a déjà donné sa consultation, laquelle, datée du 3 juin, a été reçue à la Société de Géographie de Lisbonne aujourd'hui même). Le Comité est même disposé à poursuivre cette question devant les tribunaux.

On voit donc qu'aucun de nous n'a agi de mauvaise foi ou légèrement, soit en transférant à la Société de Géographie les pouvoirs pour l'organisation du 10^{ème} Congrès International des Orientalistes, soit en acceptant ces

pouvoirs, et en procédant à cette organisation jusqu'à ce jour.

Rien n'est compromis: ni l'honneur et le nom de la nation, ni le prestige de Sa Majesté le Roi, ni la dignité scientifique de ceux qui ont secondé les efforts de la Direction de la Société de Géographie de Lisbonne.

II—En dehors des Statuts, la lettre circulaire du 14 mai signifie la persistance à user d'un droit, qui ne peut être exercé que par ceux qui tiennent des pouvoirs de la main de celui qui nous les a transmis. Cette persistance ne nous concerne pas.

Cependant, pour que nous demeurions à l'abri d'un juste blâme, il nous faut encore prendre en considération une autre hypothèse: celle du côté pratique, afin d'éviter un résultat fâcheux. En effet, cette question délicate se présente à nous sous trois points de vue: le côté légal, le côté moral et le côté pratique.

Je viens de la considérer sous le point de vue légal; je n'ai point voulu l'envisager par rapport au côté moral, parce que je me suis tenu à l'écart de ce qui se passe dans les coulisses; j'aborderai maintenant le côté pratique.

Le soir où nous nous sommes rassemblés la première fois ici pour traiter du 10^{ème} Congrès International des Orientalistes, j'ai dit que le seul nom d'International suffisait à indiquer qu'il ne nous appartenait point de nous réunir tous seuls en Congrès; que certainement nous aurions quelques travaux à présenter, par lesquels nous pourrions montrer que nous étions au courant de la méthode et des procédés d'étude, quelques productions même, des textes, des mémoires, etc.; mais que la partie principale dans la science appartiendrait à des nations plus avancées, qui nous feraient l'honneur de nous visiter, en acceptant notre invitation; que cette invitation n'était point vaniteuse, mais qu'elle était intéressée. J'ai avoué franchement que le con-

cours de ces hôtes illustres pourrait nous aider à mettre à profit les efforts—précieux—de ceux qui parmi nous, tout en étant peu nombreux, se dévouent à l'étude des langues et des antiquités orientales.

Vu ce qui s'est passé jusqu'à présent, il faut que nous sachions si les Orientalistes accourent à notre appel, si des hôtes illustres, acceptant notre invitation, s'empressent de nous venir en aide.

Accompagnant la lettre circulaire du 14 mai, par laquelle on annonce, d'après l'opinion ou l'opiniâtreté de ses signataires, le 9^{ème} Congrès des Orientalistes pour les jours 5 à 12 du mois de septembre de cette année, on voit une note où on lit les noms du personnel agissant ou honoraire de ce Congrès, et ceux des individus qui ont déjà donné leur adhésion. Parmi ces noms au nombre de cent cinquante, on reconnaît une majorité de véritables Orientalistes, qui ont signé avec moi la protestation de 1889.

Je vais les citer :

2 des Vice-présidents, Major-Gén. Sir Henry Rawlinson, Sir George Birdwood.

5 du Comité Central d'organisation : Professor R. K. Douglas, Terrien de Lacouperie, Sir Alfred C. Lyall, T. G. Pinches ;

et des membres adhérents : Prof. C. Abel, de Berlin, Prof. G. Bellucci, de Perouse, Rév. C. A. de Cara, de Rome, Prof. P. Carolides, d'Athènes, Prof. J. Darmesteter, de Paris, Prof. J. Derembourg, de Paris, Monseigneur Ch. de Harlez, de l'Université de Louvain, Prof. Franz Kielhorn, de Gœtingen, Prof. Ch. R. Lanman, de Harvard dans les É. Un. de l'A. N., Prof. Léopold von Schroeder, de Dorpath, Prof. von Spiegel, d'Erlangen, Prof. A. Vambéry, de Buda-Pest, etc.

Le revirement que ces adhésions garanties par la lettre circulaire du 14 mai nous annoncent aura certainement une explication honorable ; je l'ignore toutefois à l'heure qu'il est.

Ce qui est certain c'est que le Congrès où manqueront les individus dont les noms composent cette liste ne saurait être le Congrès International des Orientalistes, lors même que plusieurs orientalistes puissent s'y faire inscrire.

Monsieur le Président!

Messieurs!

J'ai toute confiance dans le Comité d'organisation. Notre Société de Géographie possède dans sa Direction des hommes dont la vie publique a été honorable et longuement éprouvée.

La Direction de la Société de Géographie de Lisbonne s'est imposé le devoir de réaliser le 10^{ème} Congrès International des Orientalistes, parce qu'elle a reconnu que la personne qui lui a donné les pouvoirs pour cette convocation était elle-même le dépositaire légitime de ces pouvoirs. La Société a fait l'invitation ayant pleine confiance dans la cohérence d'opinion de la part des Orientalistes.

Cependant, cette invitation n'est point une provocation à la guerre; elle n'est non plus un motif de discorde. Elle n'est pas une provocation, parce que les individus qui viennent d'annoncer le 9^{ème} Congrès pour cette année n'ont point protesté contre celui qui a eu lieu à Londres l'année dernière; parce que loin de tâcher d'en empêcher la réalisation, ils ont retiré leurs prétensions en face de l'attitude prise par ceux qui ont mené à bout ce congrès.

Donc, nous ne nous sommes nullement opposés à qui ne se trouvait pas sur place, puisqu'il l'avait quittée. Nous n'avons point provoqué ceux qui n'existaient même pas et qui se présentent *finalement* (d'après leur expression même) le 14 mai, après notre lettre circulaire du 28 avril.

Notre invitation n'est pas un motif de discorde: en effet, s'il y a une discordance, ou elle est antérieure et ce n'est pas

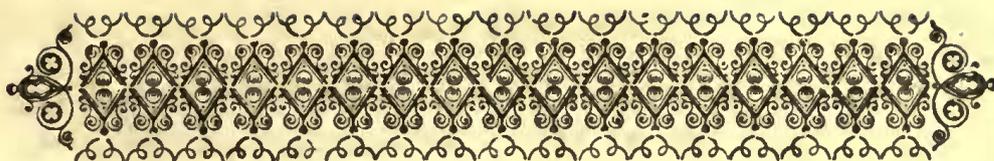
nous qui l'avons provoquée, ou bien elle postérieure, et ne se reconnaît que dans l'opposition des opinions mêmes de quelques-uns parmi les signataires de la protestation de 1889; ce qui sans une contre-protestation qui explique le fait, reste dans le for intérieur de chacun de ceux qui se sont séparés, et échappe à notre appréciation.

En conclusion :

La Direction de la Société de Géographie de Lisbonne, par son invitation, par sa conduite jusqu'à présent dans la réalisation du 10^{ème} Congrès des Orientalistes à Lisbonne, ne peut être incriminée.

Elle ne saurait non plus le devenir si elle se voit forcée de fermer ses portes, lorsqu'elle reconnaîtra que ce Congrès, étant statutaire, ne peut avoir d'existence réelle qu'autant que les Statuts seront maintenus et respectés, tout comme une Nation obéit à la loi.

Voilà, messieurs, ce que j'avais à vous dire.



VINGTIÈME SÉANCE

JEUDI 11 SEPTEMBRE, A 9 HEURES 1/2 DU MATIN.

ÉTUDES GÉNÉRALES SUR L'ORIENTALISME, IDIOMES DIVERS.

Présidence de M. DUCHINSKI (de Kiew).

La séance est ouverte à neuf heures et demie du matin, sous la présidence de M. DUCHINSKI (de Kiew), assisté de MM. LÉON DE ROSNY, J. HALÉVY, EICHHÖFF et le capitaine LE VALLOIS.

Les études orientales chez les Portugais. — Essai bibliographique, par le chevalier DA SILVA (Portugal).

Si dans ce moment il y a peu d'Orientalistes en Portugal, il y eut au xvi^e, et jusqu'au xviii^e siècle, un grand nombre d'hommes de lettres, tant séculiers qu'ecclésiastiques portugais, qui s'adonnèrent aux études des différentes langues et dialectes de l'Asie, et notamment de l'Inde. Plusieurs d'entre eux ont laissé des travaux de linguistique remarquables, dont quelques-uns sont imprimés; d'autres sont encore inédits. Nous supposons qu'il pourra être intéressant de communiquer au Congrès un aperçu de ces publications, et de donner une notice de certains manuscrits, en faisant connaître les noms de leurs auteurs, le format de leurs ouvrages et

l'année de leur publication. Quoique notre notice ne soit que très-résumée, et que ce travail ne demande pas de grand savoir ni des connaissances spéciales sur ces langues, néanmoins nous avons été obligé de faire des recherches très-suivies dans toutes les bibliothèques du Royaume, et de demander aux plus illustres littérateurs de notre pays des renseignements à cet égard, pour pouvoir offrir un rapport digne de la considération du Congrès sur les diverses branches de ces études en Portugal, pendant les trois derniers siècles : c'est d'ailleurs l'unique service que nous puissions rendre (et il est bien restreint), pour satisfaire à l'honneur d'avoir été élu membre correspondant de ce Congrès international des Orientalistes et son délégué en Portugal.

On vient de faire paraître à Lisbonne un ouvrage très important : *l'Histoire des établissements scientifiques, littéraires et artistiques du Portugal sous les règnes successifs de la monarchie*¹, publication faite par l'érudit jurisconsulte portugais, M. le conseiller Joseph-Silvestre Ribeiro, membre correspondant de l'Académie Royale des Sciences de Lisbonne, ouvrage d'un mérite incontestable et d'un haut intérêt pour notre pays et très-utile pour faire connaître la marche progressive des développements de l'instruction publique chez nous.

C'est un ouvrage remarquable, pour lequel il a fallu à son auteur beaucoup de persévérance, un travail long et assidu, afin de doter son pays d'un livre où les nationaux et les étrangers pourront trouver des notices vraies de tous les établissements scientifiques, littéraires et artistiques depuis la fondation de la monarchie jusqu'à nos jours ; on trouvera dans les cinq ou six volumes de cette publication une notice générale

¹ *Historia dos Estabelecimentos scientificos, litterarios, e artisticos de Portugal nos successivos reinados da Monarchia.* Por Jose Silvestre Ribeiro, socio cõrrespondente da Academia Real das Sciencias. 1871-1875.

des fondations des académies, archives, associations, asiles, écoles, bibliothèques, établissements de bienfaisance, collèges, conservatoires, conseils et directions de l'enseignement, cours, enseignements des études, cabinets littéraires et scientifiques, imprimeries, instituts, jardins botaniques, langues, livres élémentaires, lycées, musées, athénées, observatoires, séminaires, théâtres, universités, etc.

Nous ferons des extraits des chapitres qui traitent des langues classiques orientales. ayant obtenu, à cet effet, la permission du respectable auteur, et nous compléterons ces indications bibliographiques par d'autres renseignements inédits qui nous ont été communiqués spécialement pour ce travail.

OUVRAGES SUR LA LANGUE DU JAPON PUBLIÉS PAR LES PORTUGAIS :

En 1593, les Jésuites du Collège d'Amacusa ont fait une édition en trois livres de la Grammaire latine du moine *Manoel Alvares*, avec la traduction en langue japonaise ¹.

En 1595, il a paru à Amacusa un Dictionnaire latin-portugais et japonais ²; il a été imprimé au Collège de la Congrégation.

En 1603, le Collège des Missionnaires portugais fait paraître un Dictionnaire japonais-portugais ³, qui a été longtemps le meilleur vocabulaire qu'on ait possédé pour l'étude de cette langue. L'auteur de ce beau livre est le *P. João Rodriguez*, surnommé *Giram*, qui était né en 1559 à Alconche, et, après être entré en 1576 dans la Compagnie de Jésus, partit en 1583 pour évangéliser le Japon. Comme ce célèbre missionnaire, qui reçut les plus grands honneurs à la cour de Taïkau-sama, avait profité de plusieurs Vocabulaires japonais-portugais composés au Collège d'Amacusa, il supprima modestement son nom du Dictionnaire qu'il avait composé, après avoir lu dans ce but, d'un bout à l'autre, les ouvrages les plus estimés de la littérature japonaise, et l'ouvrage parut anonyme. La postérité savante restituera son nom sur son

¹ *De Institutione Grammatica libri III*, accessit interpretatio japonica, ab Emm. Alvarez. Amacusa, 1593, in-4.

² *Dictionarium Latino-Lusitanicum ac Iaponicum*. Amacusa, in Collegio Japonico, 1595, in-4.

³ *Vocabulario da lingua de Iapam*. Nagasaqui, 1603, in-4. — Ce Dictionnaire a été traduit du portugais en français par M. Pages, et publié à Paris en 1868.

œuvre, comme elle a restitué celui du P. *Basile de Glemona* pour le Dictionnaire chinois imprimé sous le nom de *Dequignes*. — Un supplément au Vocabulaire japonais-portugais du P. Rodriguez a été publié en 1604; il est rarissime.

Livre des rudiments de la langue du Japon, composé par *Jean Alvares Rodriguez*, divisé en trois livres ¹. — 1604, in-8°.

Il existe un abrégé de cette Grammaire, dont on a fait une traduction en 1825: elle a été tirée du manuscrit portugais de la Bibliothèque Nationale de Paris.

En 1624, on a imprimé à Macao, au Collège de la Mère-Dieu, l'*Art résumé de la langue du Japon*. 1 vol. in-4, publié par le moine *Jean Rodriguez Giram* ².

On a du moine portugais *Collado* une Grammaire et un Dictionnaire japonais ³, ainsi qu'un guide du *Confesseur* en japonais et en latin.

D'autres ouvrages de philologie japonaise ont également été composés par les anciens missionnaires portugais au Japon; mais la plupart n'ont pas été publiés et les autres sont tellement rares qu'ils sont à peu près complètement inconnus des bibliophiles. Citons toutefois pour mémoire une Grammaire et un Dictionnaire de la langue japonaise, par *Eduardo da Silva* ⁴; une Grammaire et un Dictionnaire, par le P. *F. Fernandez*; un Vocabulaire portugais-japonais ⁵; et *Flosculi de virtutibus et vitiis ex libris veteris ac Novi Testamenti*, publié en japonais à Nangasaki, en 1610, par le P. *Manoel Bareto*.

Dans le catalogue des manuscrits de la Bibliothèque nationale d'Evora, il y a des Codices qui traitent des langues orientales.

Pour ce qui regarde la langue BENGALIE, il y existe un ouvrage

¹ *Arte da lingua de Japam*, composta pello P. João Rodriguez, Português da C. de Iesv. Nangasaki, 1640, in-4°.

² *Arte breve da lingua Japoa*, pello P. João Rodriguez. Amacao, 1620, in-4° (d'après Marsden).

³ *Ars Grammaticæ Japonicæ linguæ*, composita a Fr. Didaco Collado ordinis Prædicatorum. Romæ, 1632, in-4°. — *Dictionarium, sive Thesauri linguæ Japonicæ compendium*, a Fr. D. Collado. Romæ, 1632, in-4°. — Voy. l'article sur ce livre dans le *Journal des Savants*, numéro d'octobre 1825.

⁴ Voy. Nicol. Antonio, *Bibliol. Hisp. nova*, t. I, p. 339.

⁵ On trouve une mention de cet ouvrage dans le prologue du *Vocabularium Lusitano-Latinum*, du même auteur (en 3 vol. in-fol.).

composé par le moine portugais *Manoel da Assumpção*, pendant qu'il était recteur des Missions. Les *Arguments sur la Loi d'un chrétien et d'un brahmane*. Cet ouvrage est imprimé à deux colonnes, en bengali et en portugais (Cod. $\frac{CXVI}{1-1}$).

L'*Abrégé des Mystères de la Foi*, en langue bengalie, par le même auteur, imprimé à Lisbonne par *François da Silva* 1743, in-8° (Cod. $\frac{CXVI}{1-1}$).

Vocabulaire portugais et bengali (Cod. $\frac{CXVI}{1-1}$).

Noms de médicaments en portugais et en hindoustani (Cod. $\frac{CXV}{2-9}$), par le moine *Eugène Trigueiros*, depuis évêque à Gôa, 1720, lequel savait plusieurs langues orientales.

Traduction en portugais du livre *Bagavat Gita*, in-4° (Cod. $\frac{CXVI}{1-27}$).

OUVRAGES SUR LA LANGUE CHINOISE PUBLIÉS PAR DES PORTUGAIS.

Elias Joseph Freire do Valle a composé un Dictionnaire chinois et portugais en 1777, en 4 vol. in-f° avec 18 cahiers (*manuscrit*).

On a aussi de lui un Dictionnaire malais-portugais, in-4°, avec un Vocabulaire. (Conservé à la Bibliothèque Nationale à Lisbonne.)

Gaspur Ferreira a composé un Dictionnaire de la langue annamite expliquée en portugais.

Alvaro de Semedo a aussi composé un Dictionnaire des langues chinoise et portugaise.

Il a paru un ouvrage de *Manoel de Castro*, sur la Chine, imprimé à Hong-kong. 1867.

Un Dictionnaire avec Vocabulaire des langues asiatiques, par *Antonio Moreira de Souza*, et plusieurs ouvrages de philologie chinoise ¹.

¹ Syntagmaton linguarum Orientalium quæ in Georgiæ regionibus audiuntur, par D. FRANCISCO MARIA MAGGIO, 1670. (Bibliothèque Royale de Mafra.)

L'évêque portugais de Pékin, *Don Alexandre Gouveia*, a composé un Catéchisme en langue chinoise, et faisait ses sermons dans cette même langue. (Voir le 4^e vol. de l'ouvrage de M. le Conseiller J. S. Ribeiro. *Lisbonne*, 1873.)

OUVRAGES SUR LA LANGUE HÉBRAÏQUE PUBLIÉS PAR DES PORTUGAIS.

Il n'y a pas eu, au xv^e siècle, un seul Portugais catholique romain qui ait su la langue hébraïque. *Pedro Henrique* et *Gonçalo Alvares* furent les premiers professeurs d'hébreu dans les établissements littéraires de Coïmbre; ils avaient appris cette langue avec des professeurs français.

Le moine *Francisco Foreiro* avait composé un Dictionnaire de cette langue pour son usage, mais son ouvrage fut imprimé à *Venise* en 1563. « *Isaiæ prophetæ vetus et nova ex Hebraico versio, etc.*, » fait connaître son savoir dans cette langue.

Le moine *Hector Pinto*, célèbre auteur de l'*Image de la vie chrétienne*, ayant appris l'hébreu au Collège de Saint-Jérôme, à Coïmbre, est devenu très-fort dans la connaissance de cette langue.

En 1528, dans le Monastère de La Sainte-Croix, à Coïmbre, un cours de la langue hébraïque fut établi.

Grammatica Latina ad usum Sinensium juvenum redacta in Macao Regali Collegio Sancti Joseph, a JOACHIM ALFONSO GONÇALVES. Facultate Regia typis mandata, anno 1828, in-12.

Arte China, por J. A. GONÇALVES, Macao, 1829, in-4.

Dictionario Portuguez-China, dans le style vulgaire, mandarin et classique, par GONÇALVES (J. A.). Macao, 1830, in-4.

Vocabularium Latino-Sinicum, auctore J. A. GONÇALVES. Macao, anno 1836.

Lexicon Manuale Latino-Sinicum, auctore J. A. GONÇALVES, volumen primum. Macao, anno 1839.

Lexicon Magnum Latino-Sinicum, auctore J. A. GONÇALVES, professor et Regalis Britannicæ Asiaticæ Societatis socio extero. Macao, anno 1841.

Les Jésuites, en Portugal, dans ce grand siècle, n'ont pas eu de renom pour ces études. Toutefois, les prêtres portugais *Cosme de Magalhães*, *Sebastião Barradas*, *Bento Fernandes*, *Manoel de San Francisco de Mendouça* peuvent être cités comme étant instruits dans les langues grecque et hébraïque.

Le Juif converti *Francisco Tavora* a composé une Grammaire hébraïque ¹.

En l'an 1586, le moine portugais *Luiz de Saint-François* publia un ouvrage qui donne la preuve des bonnes études qu'il avait faites dans la langue hébraïque ².

Dans le xvii^e siècle, la littérature hébraïque en Portugal fut abandonnée; seul, le moine *Francisco Sanches*, du monastère de Monserrate, publia un ouvrage hébraïque ³.

Mais en 1759, quand le roi Don Joseph voulut restaurer les études littéraires en Portugal, il chargea quelques ordres religieux d'enseigner la langue hébraïque, surtout dans le Couvent de Jésus, à Lisbonne; par les efforts du célèbre *Cenaculo*, il est devenu le centre des études des langues orientales.

Le professeur *Francisco da Paz* a composé un Abrégé de la Grammaire hébraïque pour les écoles. *Lisbonne*, 1773, in-8 jésus, ainsi que le *P. Francisco a Pace* ⁴.

Don Jean da Encarnação, chanoine, avait appris à fond la langue hébraïque, et il a fait imprimer, en 1790, une Grammaire.

¹ Grammatica Hebræa, novissime edita. *Conimbricæ*, apud Joannem Alvarum. Anno Domini 1566.

² Globus Canonum et Arcanorum linguæ sanctæ ac Divinæ Scripturæ, ad Ferdinandum Medicem cardinalem. *Romæ*, in-4.

³ In Ecclesiasten Commentarium cum concordia vulgatæ editionis et hebraici textus. *Barcinone*, 1619, in-4.

⁴ FR. FRANCISCI A PACE, Tertii Ordinis S. Francisci in Lusit. Enodatio plurimarum Vocum Anomalarum, et puncta difficilia librorum quæ in textu Hebraico occurrunt : ad usum scholarum ejusdem Ordinis. *Olisipone*, anno 1774, in-12.

OUVRAGES SUR LA LANGUE ARABE PUBLIÉS PAR DES PORTUGAIS.

Quand les Portugais commencèrent à faire des découvertes maritimes, et pendant tout le temps de leur navigation et de leurs conquêtes, quelques religieux et séculiers, les ayant accompagnés, acquirent la connaissance de diverses langues orientales, et même des africaines. En l'an 1484, le moine *Jean da Costa* était très-fort dans les langues orientales.

Le moine *Bernard da Cruz* savait aussi très-bien la langue arabe en 1578; mais ce n'est qu'après l'an 1750 que les langues orientales fleurirent avec le plus d'éclat en Portugal. C'est le célèbre *Jean de Souza*, né à Damas, en Syrie, qui donna la plus grande impulsion à ces études, surtout après 1750, année où il vint en Portugal et fut nommé professeur d'orientalisme au Collège de la Congrégation.

En l'an 1763 arriva à Lisbonne *Joachim Sader*, venant d'Alepe; il fut le maître du célèbre *Cenaculo* pour l'enseignement des langues arabe et syriaque.

Le professeur *Antoine Baptiste* a composé une Grammaire de la langue arabe, publiée en 1774. In-8. C'est le premier livre imprimé en Portugal en caractères arabes ¹.

OUVRAGES SUR LA LANGUE CONCANI PUBLIÉS PAR DES PORTUGAIS.

Du Cunha Rivara, secrétaire général du gouvernement portugais aux Indes, a publié, en 1857, une Grammaire de la langue concani (langue qu'on parle à Gôa et dans les pays limitrophes), corrigée et avec remarques; il s'était servi de la

¹ *Fabrica linguæ arabicæ*, auctore DOMINICO GERMANO, 1639.

Thesaurus linguæ Arabicæ, auctore ANTOINE GIGGEINS, 1632. (Ces deux ouvrages sont dans la Bibliothèque Royale du Palais de Mafra.)

première Grammaire que les Jésuites, au XVII^e siècle, avaient composée, et fut publiée par *Thomas Estevam*. Cette nouvelle édition est in-4, avec 217 pages, et a été imprimée à l'Imprimerie Nationale de la Nouvelle-Gôa.

M. *Da Cunha Rivara* a fait aussi imprimer, pour la première fois en 1858, une Grammaire de la langue concani dans le dialecte du Nord. Édition in-4.

En l'an 1859, il a publié une nouvelle édition de la Grammaire qui avait été publiée longtemps auparavant en langue portugaise-concane, par le prêtre *François Xavier*, de la Mission italienne; il en a corrigé les fautes et a rendu un grand service à ces études. L'édition est in-4, de 145 feuillets; elle a été imprimée à la Nouvelle-Gôa.

En 1868, le même M. *Da Cunha Rivara* (Joachim Heliodoro) a publié un Dictionnaire portugais-concane, qui avait été composé par les missionnaires portugais, mais qui n'avait pas été imprimé jusqu'alors; il l'a, en outre, disposé sur un plan plus méthodique. Petit volume in-f^o, avec 280 pages sur deux colonnes. Imprimerie Nationale de *Nova-Gôa*.

Huit Papyrus Coptes du Musée Égyptien du Louvre, provenant du Monastère de Saint-Jérémie de Memphis, et relatifs aux impôts de de l'empire Byzantin, par Eugène REVILLOUT, conservateur-adjoint du Musée Égyptien du Louvre.

Les papyrus que je publie aujourd'hui, avec fac-simile photographiques ¹, font partie ² de toute une série de documents

¹ Le format de cette publication ne nous permet de reproduire que quatre de ces papyrus. Les autres sont beaucoup trop grands.

² Il existe également au Musée Égyptien de Turin une série de petits papyrus en cursive qui, si ma mémoire ne me trompe, appartiennent également au cartulaire de Saint-Jérémie. Malheureusement je ne retrouve pas en ce moment les copies que j'en avais prises.

Gerson da Cunha. 1881. Materials for the history of oriental studies amongst the Portuguese. In *Acti del IV Congresso Internazionale degli Orientalisti tenuto in Firenze nel Settembre 1878*, vol II. Firenze: Coi Tipi dei Successori le Monnier, 179-181.

I.

While the nations, which, long after the arrival of the Portuguese in India, following in their track and forming settlements of their own, as well as these which never occupied an inch of ground there, have made considerable progress in the languages and literatures of the East; the pioneers of that commercial movement, which, after transforming the giant Adamastor into the promontory of the Cape of Good Hope, to borrow a simile from Camoens, carried the intrepid sons of the far West

By seas till then unnavigated
Even beyond Taprobane¹

have been lagging behind, and it is not an easy task to detect in the group of nationalities which crowd at present the noble phalanx of Orientalists a name of pure Lusitanian origin.

It was not so, however, in the sixteenth and seventeenth [sic] centuries, when considerable activity was displayed by the Portuguese in the study of Eastern languages, as evidenced by the numerous works they have left behind; although influences of an untoward character appear to have been at work to keep them in the background. Two causes have mainly contributed to bring about this result, viz: nearly all those works being written in a language which is scarcely read beyond the boundaries of the Spanish peninsula, and their being, nearly all, written by missionaries, whose chief aim was the diffusion of Christianity, rather than the promotion of the interests of philology or archaeology. To these may be added the neglect which had so long prevailed in Portugal and her Colonies of their valuable archives, consigning to utter oblivion valuable writings, which have but of late been brought to the light of publicity, as exemplified by the *Lendas da India* by Gaspar Correa, the *Roteiro da Viagem* de Vasco da Gama, the *Roteiros* by D. João de Castro, the *Chronica do Descobrimto da Guiné*, and several other works which have for more than three centuries remained unknown, and been recently printed.

The Portuguese, though numerically small, is an historic and literary people. Their kingdom is in size little more than that of Greece, but, like the early inhabitants of that glorious peninsula, they were from time immemorial attracted to the sea, and possessed the love of freedom and the spirit of adventure, which have always characterised those born in maritime districts. They were also accurate observers, and the works of De Barros, Do Couto, and other South-Indian chroniclers contain many important facts relating to the ethnology, antiquities, natural history and commerce of India, which have not seldom been put forth by others as new discoveries. Lucena in his *Vida de S. Francisco Xavier* enumerates the principal classical works of the Hindus, long before Jones, Colebrooke or Wilson attempted to make them known to Europe,

¹ Por mares nunca d'antes navegados,
Passarão ainda além de Taprobana.

Os Lusíadas, c. I, v. 3-4.

The first line of this couplet forms now an appropriate motto of the newly founded Geographical Society of Lisbon.

and in the *Commentarios do Grande Alfonso Dalboquerque* we are told of the existence of a language, «which was to the Hindu what the Latin was to the European.»²

² «Que era para o hindú o que era o latim para o europeu.»

MOSES BENSABAT AMZALAK

The Oriental Studies in Portugal

Address presented at the General Meeting of the
XVIIth. International Congress of Orientalists

L I S B O N
1928

Ladies and Gentlemen

As a delegate of the Portuguese Government, which I have the honour to represent, I tender my greetings to the XVIIth. International Congress of Orientalists.

Portugal follows with the greatest interest all the manifestations of a scientific spirit, and oriental studies interest it very specially.

A country of notable oriental traditions, many of the most brilliant pages of its history are mingled with those of the history of the East.

In the XVth. and XVIth. centuries, the Golden Age of the Portuguese discoveries, our able and daring navigators not only discovered new seas new lands and new civilizations, but also according to Pedro Nunes, new skies and new constellations.

The East, that unknown and legendary region which showered upon the world new spiritual lights, and where the astral king daily rises amidst a wealth of colour and light, incited our predecessors to daring enterprises. Enlarging the known world, they wrote in the Golden Book of our history the most beautiful epic of modern times, that Camões

the greatest Portuguese poet, sang in the eternal pages of the «Lusiadas». Under such circumstances Portuguese literature dealing with the East cannot but be considered as remarkable.

As historians we have: João de Barros (1496-1570), the Portuguese Titus Livius, author of the *Decadas da Azia* (1552) and his brilliant follower Diogo do Couto (1542-1616); Damião de Gois (1501-1574) the chronicler of D. Manuel I and of Prince João and author of the Latin books *Embaixada do Prestes João*, and *Fé Religião e costumes dos Etiopes*; Fernão Lopes Castanhêda (-1550), the author of *Historia do descobrimento e conquista da India pelos Portuguezes* (1551-1552); Antonio Galvão (1446-1557) author of *Tratado dos diversos e desvairados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e especiaria veyo da India ás nossas partes, e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos em a era de 1550* (Lisbon 1563); Gaspar Correia (1495-1563?) author of the beautiful book *Lendas da India* (1858-1864); Antonio Tenreiro author of *Itenerario em que se contem como na India veio por terra... a Portugal* (1560); Fr. Pantaleão de Aveiro, the author of *Itenerario da Terra Santa* (1593); João de Lucena, the author of *Historia da Vida do Padre Francisco Xavier* (1600).

Oriental learning in its essence constituted a valuable chapter in the history of Portuguese literature. Thus the Arabic, Hebrew, Assirian, Ethiopic, Indian, Chinese, Japanese and Egyptian studies had notable specialists amongst us.

In a brief outline I will point out who they were.

The Arabic Studies were very much cultivated amongst us, and the names of the following specialists are worthy of special mention: Duarte Galvão, Fr. João de Souza (*Compendio de Grammatica arabiga*, Lisbon 1795, *Documentos arabicos para a historia portugueza*, Lisbon 1790, *Vestigios da lingua arabica em Portugal*, Lisbon 1830); Fr. José de Santo Antonio Moura (*Historia dos Soberanos Mahometanos por Abu Mohammed Assaleh* Lisbon 1828, *Viagens de Ben Batuta*, translated by Moura, vol. I Lisbon 1840, vol. II Lisbon 1855); João José Pereira (*Historia da Vida, Conquista e religião de Mafoma* Lisbon 1791); Marcelino José da Silva, who composed, in Arabic, verses in honour of king D. José I; Fr. Manoel Rebelo da Silva; Antonio Caetano Pereira (*Noticia Biografica de Fr. Manoel Rebelo da Silva, Breves advertencias sobre os tratamentos e titulos entre os Arabes*, and *Resumo historico sobre o estabelecimento da cadeira da lingua arabe em Portugal*, vol. I 1849 in *Actas da Academia Real de Sciencias*).

And in modern times J. Pereira Leite Neto Joseph Benoliel the wise and learned arabist and hebraist, and Dr. David Lopes the learned professor of Arabic at the Lisbon University and author of many and varied books on Arabic subjects.

With regard to hebrew culture in Portugal we will name among the most eminent hebraists of the XVth. centuries: Abraham and José Hayón, Abraham Sabah, the various members of the Yachia family, Isaac Abarbanel and his son Judah Abarbanel or Leão Hebreu; Moses ben Habib ben Schem Tob, Jacob ben Habib ben Schem Tob; Rozzeto, Pedro

Henriques and Gonçolo Alvares; Parvo, Canon of Evora and afterwards Bishop of Cabo Verde, a pupil of Clenardo; the bishop Jeronymo Osorio, the Jeronymian Fr. Heitor Pinto, the two regular canons of Santa Cruz of Coimbra, D. Pedro de Figueiró and D. Heliodoro Paiva, the three Dominicans Fr. Vicente da Fonseca and two oracles from the Concilium of Trento Fr. Jeronymo da Azambuja and Fr. Francisco Foreiro; the two Franciscans, Fr. Roque d'Almeida and Fr. Luiz de S. Francisco, the three jesuits D. Gonçalo da Silveira, Manuel de Sá and Estevam do Couto; Diogo de Paiva e Andrade, Francisco Cano, secretary to Queen Catherine and afterwards elected bishop of the Algarve, João da Costa, professor of Arts in the University of Coimbra, the great philosopher and doctor Antonio Luiz, the doctor Reynoso, and also two distinguished women, namely, Joanna Vaz of Coimbra teacher of Latin to the Infanta D. Maria, daughter of King Manuel, and Luiza Sigea, of Toledo, daughter of Diogo Sigeo, and Francisco de Tavora. In the XVIIIth. century we have: Fr. Francisco da Paz, D. João da Encarnação, Fr. Manuel José de Seixas. In the XIXth. century we have Joshua Levy, David Zagury, Joseph Benoliel and Dr. Mendes dos Remedios the learned professor of Hebrew in the University of Coimbra.

ASSIRIAN
STUDIES

To demonstrate how the Portuguese contributed towards these studies we have the unsuspected evidende of Sir. E. A. Wallis Budge (*The Rise and progress of Assiriology* p. 13) who quotes Antonio de Gouveia, an Augustinian friar and professor of Theology in the College of Goa, who arrived in the Persian Gulf in 1602. He noticed that the writing,

which he saw in many places, was unlike that of Persians, Arabs, Armenians and Jews. Worthy of mention is his book: *Relação em que se tractam as guerras e grandes victorias que alcançou o grande Rei da Persia Xá Abbas do Grão Turco Mahomet e seu filho Achmet, as quaes resultaram das embaixadas, que por mandado da Catholica e Real Magestade d'El-rei D. Filippe II de Portugal fizeram alguns religiosos da Ordem dos Eremitas de Sancto Agostinho à Persia, Lisbon 1611.*

ETHIOPIAN
STUDIES

Regarding Ethiopia we have remarkable works written by Portuguese and published in the collection *Rerum Aethiopicarum scriptores occidentales inedito a saec. XVI ad XX*, published by C. Beccari in Rome, since the year 1903. Notable in this collection are also the works in Portuguese written by Pedro Pais (1564-1622), the studies of Manuel Barradas (born 1572) and the *Historia da Ethiopia*, by the priest Manuel de Almeida, *A expedição da Ethiopia*, by the patriarch D. Affonso Mendes. Apart from this collection must be mentioned the following works: the book of Fracisco Alvares called *Verdadeira informação das terras do Preste João*, (Lisbon 1540-1883); the *Historia das cousas que o muy esforço do capitão Don Christovão da Gama fez nos reynos do Prestes João* (Lisbon 1548, 1875, 1900); João Bermudez's work called *Esta he hua breve relacion de embaxada que o Patriarcha dom João Bermudez trouxe do Emperador da Ethiopia* (Lisbon 1555, 1875); the book of Baltazar Telles (1595-1675) *Historia Geral da Etiopia a alta ou do Preste João*, the *Relation Historique d'Abissinie*, of the priest Jeronimo Lobo (Paris 1728) and the interesting book of

Fr. João dos Santos *Ethiopia Oriental*, (Lisbon 1609 and 1891). In modern times Ethiopian studies have been brilliantly kept up by Francisco Esteves Pereira, author of numerous and most learned works.

INDIAN STUDIES

On this topic I must mention the names of José Pereira Caldas, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), José Joaquim da Costa Macedo, Guilherme Augusto de Vasconcellos de Abreu (1842-1906), learned professor of Sanskrit, and more recently Mons. Sebastião Rodolfo Dalgado, Dr. Panduranga Pissurlencar, Mario Saldanha and Dr. Santana Rodrigues.

STUDIES ON CEYLON

The works dealing with the Portuguese influence in Ceylon had as their greatest chronicler João Ribeiro, author of *Historia do Ceylão*, written in 1685, and in modern times the authorised studies on the *History of Ceylon during the period of 1539-1552* by G. Schurhammer and E. A. Voretzsch, and the essay on the *Tombos do Ceylão*, by M. A. Hedwig Fitzler (Lisbon 1927).

CHINESE STUDIES

On China there are also important works, such as the books of Manuel de Faria e Sousa *Imperio de la China*, Lisbon 1731, of Gabriel de Magalhães *Nouvelle Relation de la Chine*, Paris 1688, of Alvares Semedo *Histoire Universelle de la Chine*, Lyons 1667. On the Chinese language we have the remarkable studies of the XIXth. century of the priest Joaquim Afonso Goncalves entitled: *Gramatica latino-china* 1828, *Arte China* 1829, *Diccionario Portugues-China* 1833, the *Vocabulario latim-chinez*

1836; and I cannot omit mentioning the more recent books of José Ignacio de Andrade, *Cartas escritas da India e da China nos anos de 1815 a 1835* (Lisbon 1847) and of Joaquim Heliodoro Callado Crespo, *Cousas da China, costumes e creanças*, (Lisbon 1898).

JAPANESE STUDIES

Among the Japanese studies it is our duty to mention in the first place Fernão Mendes Pinto (1514-1583) the author of the famous book *Peregrinaçoens, remarkable for its description of the muytas e muyto estranhas cousas que vio e ouvio no reyno da China, no da Tartaria, no de Sornau que vulgarmente se chama Sião, no de Calaminhan, no de Pegu, no de Martavão e em muytos reynos e senhorios das partes Orientais*. Regarding the history of the Portuguese in Japan (1549-1578), the book of the priest Luiz Frois recently published in German by Schurhammer and Voretzsch must be borne in mind. The Japanese language was cultivated and studied by many Portuguese, such as the priests João Rodrigues Girão, João Fernandes, Manoel Alvares, João Rodrigues Diogo Calado and others, who in the XVIth. and XVIIth. centuries wrote both grammars and dictionnaires in Japanese. When speaking of Niponic studies it would be unfair not to make reference to the interesting works of Wenceslau de Moraes and to the book of Gastão Mesnier, *Japão (estudos e impressões de viagem)*.

EGYPTIAN STUDIES

The studies on ancient Egypt were dealt with, amongst us, by João Verissimo Mendes Guerreiro in the memoir *Monumentos egypcios, noticia sobre a sua conservação* (2 vols. Lisbon 1909).

With such noble and brilliant traditions, and with such a remarkable group of cultivators of Oriental studies, very briefly and deficiently enumerated here, Portugal could not but associate itself with the work of the XVIIth. International Congress of Orientalists and express its earnest wish that the works of the Congress may flourish and prosper.